



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DA AUDITORIA INTERNA

Processo Administrativo: 158.0356/2023

Exercício Financeiro: 2022

Unidade Orçamentária: 50901 – Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Ordenador de Despesa: Des. Carlos Eduardo Contar

Cargo/Função: Presidente

1 – APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento a Resolução TCE/MS nº 88, de 15 de outubro de 2018, apresenta o Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, relativas às contas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Unidade Gestora (UG) Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Na elaboração deste Parecer Técnico, procurou-se explicitar as principais informações produzidas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário/MS no decorrer do exercício de 2022, evidenciando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

2 – INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a Auditoria Interna procedeu à análise e acompanhamento das contas do Poder Judiciário/MS, executadas pela Secretaria de Finanças, área responsável pela execução da contabilidade e pela administração financeira da Unidade Gestora FUNJECC.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos aplicados ao setor público, consoante as disposições expressas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Abrangem, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As demonstrações apresentadas na Prestação de Contas refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento da Unidade Gestora FUNJECC, para o exercício de 2022, sendo materializados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças – SPF.

Os registros de todas as operações foram executados tendo como base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

3 – DA PREVISÃO E ARRECAÇÃO DA RECEITA

A receita do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FUNJECC, para o exercício de 2022, foi estimada em R\$201.500.000,00, por meio da Lei Estadual nº 5.784 de 16 de dezembro de 2021, publicado no Suplemento II do Diário Oficial nº 10.710 de 17 de dezembro de 2021, conforme detalhamento evidenciado no quadro a seguir:

Quadro 01- Previsão da Receita LOA 2022

Natureza da Receita	Descrição	Previsão Orçamentária (R\$)
112202010101	Emolumentos e Custas Judiciais	33.000.000,00
112250010101	Taxas Judiciais	132.622.500,00
11	Receita Tributária	165.622.500,00
131101110101	Aluguéis e Arrendamentos	500.000,00
132101010101	Remuneração de Depósitos Bancários	1.500.000,00



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

136101110301	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Gerenciamento de Depósitos Judiciais	6.000.000,00
136101210101	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Folha de Pagamento	1.877.500,00
13	Receita Patrimonial	9.877.500,00
161101010102	Outros Serviços Comerciais	11.500.000,00
161101010399	Outros Serviços Administrativos	1.500.000,00
169999010101	Outros Serviços	2.500.000,00
16	Receitas de Serviços	15.500.000,00
792299010101	Outras Restituições	10.500.000,00
Total		201.500.000,00

Fonte: Lei Estadual nº 5.784, de 16/12/21.

A Unidade Gestora FUNJECC é um Fundo que foi criado pela Lei nº. 1.071/1990 com arrecadação própria cujas fontes de recursos originam-se principalmente das Taxas (Judicial e Extrajudicial).

O quadro abaixo evidencia a arrecadação da receita por natureza e o percentual que cada uma representa no total arrecadado.

Vejamos:

Quadro 02 - Demonstrativo da Execução da Receita

Código	Descrição	Previsão Inicial	Arrecadado	% Participação
112202010101	Emolumentos e Custas Judiciais	33.000.000,00	0,00	-
112250010101	Taxas Judiciais	132.622.500,00	164.967.608,77	57,21
112250030101	Taxas Judiciais Dívida Ativa	0,00	5.505.644,22	1,91
112802210101	Taxas Extrajudiciais	0,00	33.421.156,04	11,59
11	Receita Tributária	165.622.500,00	203.894.409,03	70,71
131001110101	Aluguéis e Arrendamentos	500.000,00	360.040,75	0,12



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

132101010101	Remuneração de Depósitos Bancários	1.500.000,00	16.536.598,06	5,73
136101210101	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Folha de Pessoal	1.877.500,00	1.877.500,00	0,65
136001110301	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Gerenciamento de Depósitos Judiciais	6.000.000,00	16.349.859,56	5,67
13	Receita Patrimonial	9.877.500,00	35.123.998,37	12,17
161101010102	Outros Serviços Comerciais	11.500.000,00	10.833.272,98	3,76
161101010399	Outros Serviços Administrativos	1.500.000,00	1.079.728,95	0,37
161102010101	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	1.525.160,01	0,53
169999010101	Outros Serviços	2.500.000,00	14.768.721,76	5,12
16	Receitas de Serviços	15.500.000,00	28.206.883,70	9,78
191109010101	Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	442.094,24	0,15
192101010101	Indenizações por Danos ao Patrimônio Público	0,00	825,57	-
192206410101	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.334,86	0,01
192299110101	Outras Restituições	0,00	192.832,77	0,07
192399010101	Outros Ressarcimentos	0,00	8.126.519,70	2,82
19	Outras Receitas Correntes	0,00	8.763.607,14	3,05
792299110101	Outras Restituições	10.500.000,00	12.366.820,06	4,29
70	Receita Correntes Intra-orçamentárias	10.500.000,00	12.366.820,06	4,29
Total		201.500.000,00	288.355.718,30	100

Fonte: Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – SPF

Observa-se uma arrecadação superior à prevista das receitas com Taxas Judiciais, Remuneração dos Depósitos Bancários, Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Depósitos Judiciais, Outros Serviços Comerciais e Outros Serviços.

Com relação a receita de Taxas Extrajudiciais nota-se que não houve previsão na lei orçamentária, uma vez que foi identificado na proposta orçamentária que a classificação da receita estava errada e não houve tempo hábil para correção, todavia a arrecadação foi realizada na natureza correta.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

A arrecadação das Receitas Intra-orçamentárias – Outras Restituições, corresponde a remuneração dos valores de depósitos judiciais e administrativos transferidos ao tesouro do Estado, conforme Lei Complementar Estadual nº 201/2015.

No que tange ao desempenho da arrecadação, verifica-se uma variação positiva no valor arrecadado no exercício de 2022 em comparação ao ano anterior, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 03 - Comparativo do Desempenho da Receita Arrecadada

Exercício	Valor Arrecadado	Variação	% Variação
2019	172.648.938,54	-	-
2020	163.403.312,68	(9.245.625,86)	(5,36)
2021	215.352.930,29	51.949.617,61	31,79
2022	288.355.718,30	73.002.788,01	33,90

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios 2019 a 2022.

4 – DA FIXAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA

A despesa fixada para o exercício de 2022 foi R\$201.500.000,00 conforme a Lei Estadual nº 5.784 de 16 de dezembro de 2021, demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 04 - Despesa Fixada – LOA 2022

FUNJECC	Fonte 240	% Participação
Despesas Correntes	189.972.500,00	94,28
Outras Despesas Correntes	189.972.500,00	94,28
Despesas de Capital	11.527.500,00	5,72
Investimentos	11.527.500,00	5,72



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Total por Fonte de Recursos	201.500.000,00	100
------------------------------------	-----------------------	------------

Fonte: Lei 5.784, de 16/12/21.

O quadro acima demonstra a participação das despesas por grupo em relação ao orçamento total fixado na Lei Orçamentária Anual.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, em observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas e grupo de natureza da despesa estão demonstradas a conforme quadro a seguir:

Quadro 05 - Execução da Despesa Autorizada

Grupo	Fixada (Orçamento Inicial)	Autorizada (Inicial + Adicionais)	Realizada (Empenhado)	% Em relação ao Orçamento Atualizado	% Em relação ao Total Realizado
Despesas Correntes	189.972.500,00	268.808.127,00	268.732.514,37	93,70	84,83
Outras Desp. Correntes	189.972.500,00	286.808.127,00	268.732.514,37	93,70	84,83
Despesas de Capital	11.527.500,00	56.767.678,00	48.071.108,21	84,68	15,17
Investimentos	11.527.500,00	56.067.678,00	47.421.108,21	84,58	14,97
Inversão Financeira	0,00	700.000,00	650.000,00	92,86	0,21
Total	201.500.000,00	343.575.805,00	316.803.622,58	92,21	100
Economia Orçamentária			26.772.182,42		

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário - SPF

A despesa realizada atingiu o valor de R\$ 316.803.622,58 correspondendo aproximadamente 92,21% da despesa autorizada, que foi de R\$ 343.575.805,00. Deste modo, o montante de R\$ 26.772.182,42 não foi utilizado para a execução da despesa.

O quadro 06 demonstra por ações a dotação inicial e atualizada, e também, a execução da despesa.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quadro 06 – Dotação e Execução Orçamentária por Ação

PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Dotação		Execução da Despesa		Percentual Executado	
		Atualizada (A)	Empenhada (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	B/A (%)	C/A (%)
	TOTAL - Fonte 0240	343.575.805,00	316.803.622,58	270.325.584,07	269.158.449,21	92,21	78,68
0003 Gestão da Prestação Jurisdicional	1057 - Gestão e operacionalização do plano estratégico do PJMS	9.549.300,00	7.931.543,93	5.429.867,20	5.426.446,41	83,06	56,86
	1058 – Instalação de sistema de energia solar fotovoltaica	17.042.700,00	16.368.517,12	650.000,00	650.000,00	96,04	3,81
	2044 - Gestão e operacionalização das atividades administrativas e jurisdicionais do PJMS	245.314.024,00	230.914.244,66	219.576.431,55	219.318.683,20	94,13	89,51
	2045 - Modernização e aprimoramento em tecnologias da informação	61.277.881,00	52.514.683,76	36.219.330,60	35.320.406,35	85,70	59,11
	2046 - Gestão institucional e comunicação social	6.068.700,00	5.454.177,15	5.268.063,79	5.264.563,79	89,87	86,81
	2047 - Formação e aperfeiçoamento de pessoal e magistrados	4.323.200,00	3.620.455,96	3.181.890,93	3.178.349,46	83,74	73,60

Do quadro acima, identifica-se que as ações previstas no orçamento para o exercício de 2022 tiveram um desempenho acima de 80%, considerando a despesa empenhada em confronto com a dotação atualizada. O quadro demonstra também o desempenho da despesa por ações, levando-se em consideração a liquidação da despesa em confronto com a dotação atualizada.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Da análise, nota-se que as ações 1058, 2044, e 2045 detém o montante de R\$43.351.683,39 em restos a pagar não processados.

5 – DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2022, foram abertos créditos adicionais no valor R\$171.110.783,00, tendo como origem de recursos o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, o excesso de arrecadação e a anulação de dotação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

6 – DOS BALANÇOS ANUAIS

6.1 – Balanço Orçamentário

Definido no artigo 102 da Lei 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo estruturado nos termos do Anexo 12.

Atendendo ao princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei nº 5.784/2021, Lei Orçamentária Anual 2022, previu as receitas e autorizou as despesas de forma igualitária em R\$201.500.000,00.

A receita orçamentária, por ser prevista, pode gerar excesso ou insuficiência de arrecadação. No exercício de 2022 na unidade Gestora FUNJECC, houve um excesso na arrecadação no valor R\$86.855.718,30, sendo reestimada a receita em R\$82.900.000,00 e realizada a abertura de crédito adicional no mesmo valor.

A despesa orçamentária só pode ser realizada até o valor autorizado, somente podendo ser emitidos empenhos até o limite dos créditos orçamentários disponíveis, sendo que, no exercício de 2022 ocorreu uma economia na execução da despesa no valor R\$26.772.182,42.

A receita arrecadada no ano alcançou o valor de R\$288.355.718,30 para uma despesa realizada (empenhada) de R\$316.803.622,58, ou seja, as despesas realizadas foram superiores a arrecadação do período, ocasionando um resultado orçamentário



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

deficitário de R\$28.447.904,28. Cumpre ressaltar que a unidade gestora possuía superávit financeiro do exercício anterior no valor R\$82.761.008,27 e utilizou-se desse valor para abertura de crédito adicional de R\$59.175.805,00, atualizando a despesa no mesmo valor.

6.1.1 – Execução dos Restos a Pagar

No exercício de 2022, a UG FUNJECC pagou R\$16.056.830,53 e cancelou R\$4.957.897,59 do seu estoque de restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2021. Com relação a execução dos restos a pagar processados no ano de 2022, a UG FUNJECC pagou R\$1.344.032,88, totalidade do seu estoque.

6.2 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei 4.320/64.

Durante o exercício, os ingressos e dispêndios de recursos financeiros decorreram da execução orçamentária. Além das receitas e despesas orçamentárias, houve também a execução extraorçamentária, que consistem na inscrição e pagamento dos restos a pagar, consignações referentes às contratações, depósitos não judiciais, indenizações e restituições, e outros recebimentos e pagamentos extraorçamentários.

A disponibilidade de caixa iniciada em 2022 foi de R\$116.813.894,73, e terminando o exercício com uma disponibilidade de caixa de R\$114.608.508,28, sendo que, R\$5.428.177,70 estão comprometidos com valores restituíveis, restando, pois, R\$109.180.330,58 para pagamento dos restos a pagar. Observa-se a suficiência de disponibilidade financeira perante a dívida flutuante.

A unidade gestora no ano de 2022 teve um resultado financeiro negativo no valor R\$2.205.386,45 decorrente da insuficiência da receita orçamentária arrecadada diante da despesa orçamentária (empenhada) no ano, no entanto o resultado financeiro negativo foi suprido por superávit financeiro do exercício anterior.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

6.3 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é exigido pela Lei nº 4.320/64, assim como também é objeto de outras normas contábeis, nacionais e internacionais, além das NBCs TSP. É essa a demonstração contábil estática que retrata no encerramento do exercício a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (elementos ativos) e obrigações (elementos passivos), e a situação líquida patrimonial representada pelo patrimônio líquido, correspondente entre a diferença entre os elementos ativos e passivos.

Quadro 07 – Balanço Patrimonial

ATIVOS	2021	AV%	2022	AV%	AH%
Ativo Circulante	118.535.796,63	65,67	117.399.861,12	61,66	(0,96)
Caixa e Equivalentes de Caixa	116.813.894,73	64,71	114.608.508,28	60,20	(1,89)
Créditos	1.690.857,33	0,94	2.768.033,57	1,45	63,71
VPD Pagas Antecipadamente	31.044,57	0,02	23.319,27	0,01	(24,88)
Ativo Não Circulante	61.974.823,41	34,33	72.982.236,22	38,34	17,76
Créditos de Longo Prazo	61.974.823,41	34,33	72.982.236,22	38,34	17,76
TOTAL DO ATIVO	180.510.620,04	100	190.382.097,34	100	5,47
PASSIVOS	2021	AV%	2022	AV%	AH%
Passivo Circulante	18.439.626,59	10,22	6.719.467,56	3,53	(63,56)
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	0,00	-	117.648,23	0,05	100
Fornecedores	3.550.862,89	1,97	1.148.221,64	0,60	(67,66)
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,18	-	0,00	-	(100)
Demais Obrigações	14.888.763,52	8,25	5.453.597,69	2,86	(63,37)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	AV%	2022	AV%	AH%



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Resultados Acumulados	162.070.993,45	89,78	183.662.629,78	96,47	13,32
Superávits ou Déficits do Exercício	76.505.230,18	42,38	16.144.175,83	8,48	(78,90)
Superávits ou Déficits dos Exercícios Anteriores	85.565.763,27	47,40	162.070.993,45	85,13	89,41
Ajustes de Exercício Anteriores	0,00	-	5.447.460,50	2,86	100
TOTAL DO PASSIVO	180.510.620,04	100	190.382.097,34	100	5,47

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – SPF

A análise vertical (AV) é a técnica utilizada para calcular o grau de representatividade de itens homogêneos (ativo com ativo e passivo com passivo) integrantes das demonstrações contábeis, em determinado exercício financeiro. É uma análise estática, que visa identificar a composição de cada um dos itens em relação ao todo, ou seja, compara um item do ativo (caixa e equivalentes de caixa) com o ativo total.

A análise horizontal (AH), por sua vez, consiste na comparação de um item do demonstrativo entre dois ou mais períodos, visando à verificação de sua evolução ao longo do tempo.

O quadro 07 demonstra a participação que cada item teve em relação ao total (AV), nos exercícios de 2021 e 2022, evidencia também a variação (AH) no ano de 2022 de cada item em comparação ao exercício de 2021.

A conta de disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa, de modo que o valor R\$114.608.508,28 compreende os saldos em conta corrente e aplicações temporárias de liquidez imediata. Em relação aos saldos das contas bancárias informados no balanço patrimonial, constatou-se, por meio de análise dos extratos bancários, que o saldo total das contas é de R\$114.607.872,62. Assim observa-se diferença pendente em conciliação bancária evidenciada em nota explicativa.

Os créditos a curto prazo correspondem em grande maioria, aos valores da remuneração dos depósitos judiciais e administrativos transferidos ao Tesouro do Estado, conforme Lei Complementar Estadual nº 201/2015.

Compreendem ainda os créditos a curto prazo, os adiantamentos de suprimento de fundos e diárias que estão pendentes de prestação de contas. No ano 2022, os saldos de adiantamentos concedidos tiveram uma variação de 39,87%.

O ativo não circulante compreende a dívida ativa não tributária com variação 17,76% no exercício de 2022.

As obrigações com fornecedores apresentaram um decréscimo de 67,66% em relação ao exercício anterior.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

O valor das demais obrigações a curto prazo é composto por valores restituíveis de consignações, depósitos não judiciais (depósitos de terceiros), indenizações, restituições e diárias a pagar.

No exercício de 2022 houve acréscimo de 13,22% no saldo patrimonial em relação ao exercício de 2021.

6.3.1 – Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro 8 – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Título	2021	2022	% Variação
Ativo (I)	180.510.620,04	190.382.097,34	5,47
Financeiro	116.813.894,73	114.608.508,28	(1,89)
Permanente	63.696.725,31	75.773.589,06	18,96
Passivo (II)	39.916.976,86	53.660.128,22	34,43
Financeiro	34.052.886,46	53.535.973,22	57,21
Permanente	5.864.090,40	124.155,00	(97,88)
Saldo Patrimonial (I-II)	140.593.643,18	136.721.969,12	(2,75)

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – SPF

O Superávit Financeiro apurado no exercício é de R\$ 61.072.535,06, resultante da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. No exercício de 2023 a UG FUNJECC poderá utilizar o superávit financeiro para fins de abertura de créditos adicionais.

Verifica-se, a partir do balanço, um decréscimo no superávit financeiro de aproximadamente 26,21% no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021, sendo este correspondente ao valor de R\$82.761.008,27.

O quadro 8 acima apresenta um acréscimo no passivo financeiro no exercício de 2022 em comparação ao ano anterior.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

6.3.2 – Contas de Compensação

A Lei 4.320/64 estabelece que a demonstração contábil, estruturada pelo Balanço Patrimonial, também evidenciará as contas de compensação, que correspondem às contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade.

O MCASP ao tratar das contas de controle, estabelece: “As contas de obrigações contratuais (classe 8) que foram executadas, deverão ser encerradas ao final do contrato, independentemente do exercício em que isso ocorre”. A regra visa melhorar a qualidade da informação contábil, de modo que ela reflita tempestivamente e com fidedignidade a posição patrimonial do órgão.

Abaixo segue o quadro com valores relativos aos contratos a executar em 31.12.2022.

Quadro 9 – Contas de Compensação

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício 2021	% Em relação ao total	Exercício 2022	% Em relação ao total	% Variação
Total das Obrigações Contratuais	484.144.166,99	100	116.759.332,24	100	(75,88)
Contratos de Serviços	470.576.082,36	97,20	103.366.290,99	88,53	(78,03)
Contratos de Aluguéis	12.374.894,86	2,55	11.472.102,16	9,83	(7,30)
Contratos de Fornecimento de Bens	1.193.189,77	0,25	1.920.939,09	1,65	60,99

Fonte: Balancete de Verificação – SPF

O quadro acima demonstra o percentual que cada espécie de contrato representa em relação ao total das obrigações contratuais, e também à variação de um exercício para o outro.

Nota-se uma redução de 78,03% nos contratos de serviços a executar no exercício de 2022, decorrente da regularização do lançamento de saldo inicial do contrato nº 01.013/2021 na conta contábil 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos a Executar de Serviços erroneamente no exercício de 2021 e apontado no parecer da Auditoria Interna anteriormente.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

A Auditoria Interna realizou no exercício de 2022 uma auditoria de avaliação dos saldos de controles dos contratos a executar da UG FUNJECC, de modo que o item 8 deste parecer detalha os achados e as recomendações da auditoria.

6.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Quadro 10 – Demonstração das Variações Patrimoniais

VPA's	2021	2022	%AH	VPD's	2021	2022	%AH
Taxas	162.200.583,86	198.388.764,81	22,31	Pessoal e Encargos	6.506.128,09	3.536.491,78	(45,64)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	42.659.641,46	56.109.023,93	31,53	Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	83.276.965,89	108.944.798,66	30,82
VPA Financeiras	17.511.866,68	25.457.372,09	45,37	Benefícios Previdenciário e Assistenciais	0,00	1.913.508,98	100
Transferências Recebidas	0,00	1.702.509,41	100	VPD Financeiras	1.326,17	198,68	(85,02)
Desincorporação de Passivos	0,00	99.024,07	100	Transferências Concedidas	13.018.687,57	25.205.261,26	93,61
Outras VPA	10.991.554,17	21.863.607,14	98,91	Desvalorização e Perda de Ativos	1.372.032,74	7.061.250,11	414,66
				Tributárias	740.197,85	2.047.592,29	176,63
				Outras VPD	51.943.077,68	138.767.023,86	167,15
Total	233.363.646,17	303.620.301,45	30,11	Total	156.858.415,99	287.476.125,62	83,27



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

	Resultado Patrimonial do Período	76.505.230,18	16.144.175,83	(78,90)
--	---	----------------------	----------------------	----------------

Fonte: Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais – SPF

O quadro 10 indica o comportamento das variações patrimoniais no ano de 2022 em comparação ao exercício anterior, demonstrando no ano analisado um aumento de 30,11% nas Variações Aumentativas e de 83,27% nas Variações Diminutivas. O acréscimo de 83,27% nas variações patrimoniais diminutivas foi o principal contribuinte da redução do resultado patrimonial do ano em comparação ao exercício anterior.

O Resultado Patrimonial do exercício de 2022, apurado por meio do confronto do total das Variações Patrimoniais Aumentativas que foram de R\$303.620.301,45, com o total das Variações Patrimoniais Diminutivas que foram R\$287.476.125,62, perfaz um resultado patrimonial superavitário no montante R\$16.144.175,83.

6.5 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante é constituída pelas obrigações que devem ser pagas a curto prazo. Sua composição, segundo o art. 92, da Lei nº 4.320/64, é por Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.

Quadro 11 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Histórico	Exercícios Anteriores	2022	% Variação
Restos a Pagar	22.821.383,15	48.107.795,52	110,80
Processados	1.344.032,88	1.167.134,86	(13,16)
Não Processados	21.477.350,27	46.940.660,66	118,56
Depósitos/Consignações	11.231.503,31	5.428.177,70	(51,67)
Total	34.052.886,46	53.535.973,22	57,21

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante – SPF



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

O quadro acima demonstra que no exercício de 2022 os restos a pagar inscritos no exercício tiveram um acréscimo em comparação aos saldos de 2021, resultante dos restos a pagar não processados.

Pela análise, constata-se disponibilidade financeira na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” suficiente para cobrir o saldo da Dívida Flutuante.

6.6 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e o modo como os recursos de caixa foram utilizados.

Os ingressos de recursos operacionais foram suficientes para manutenção de suas atividades, gerando um fluxo líquido de caixa das atividades operacionais de R\$20.453.092,67, sendo utilizado no desembolso das atividades de investimento a totalidade.

7 – ATIVIDADES DE CONTROLES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, no exercício de suas atribuições, por meio da Coordenadoria de Controle e Acompanhamento da Gestão, realizou, através do controle posterior, a análise dos balancetes mensais de verificação da unidade gestora FUNJECC, manifestando-se quanto as situações encontradas.

Os apontamentos realizados ocorreram devido aos saldos contábeis permanecerem por um longo período de tempo, o que gerou recomendações para verificação das obrigações correspondentes, uma vez que o passivo deve demonstrar a obrigação presente, derivada de eventos passados, para cuja saída de recursos haja geração de benefícios para a entidade, e também, aos saldos decorrentes das anulações de empenhos nas contas do passivo de demais obrigações, outras obrigações, contas e fornecedores não parcelados a pagar, relacionados a seguir:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quadro 12 – Apontamentos realizados na análise dos balancetes mensais

Conta Contábil	Valor	Situação Encontrada	Recomendação
2.1.8.8.1.04.03	100.038,07	Saldos prolongados (exercícios 2015 e anteriores)	Recomendou-se a análise do valor
2.1.8.8.2.01.04	5.316,34	Saldo prolongado e em conta corrente genérica	Recomendou-se a verificação do valor de IRRF retido e não repassado ao seu proprietário tempestivamente
2.1.8.9.1.02.00	75.036,12	Saldo decorrente de anulações de empenhos do exercício de 2021.	Recomendou-se a verificação do saldo de passivo permanente em contas de diárias a pagar
2.1.3.1.1.03.01	3.459.787,29	Saldo decorrente de anulações de empenhos dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.	Recomendou-se a verificação dos saldos de passivo permanente em contas não parceladas a pagar
2.1.3.1.1.01.01	1.912.637,09	Saldo decorrente de anulações de empenhos dos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.	Recomendou-se a verificação dos saldos de passivo permanente em fornecedores não parcelados a pagar

Do valor R\$100.038,07 de depósito de terceiros, foi regularizado através de desincorporação de passivos o valor R\$99.024,07, restando R\$1.014,00 de saldo, que será acompanhado no exercício de 2023.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quanto ao valor R\$5.316,34, tratava-se de valor referente a imposto de renda que deveria ter sido recolhido ao Estado em momento oportuno, mas que não ocorreu, sendo feita a regularização foi por meio de repasse ao tesouro do Estado.

A totalidade de R\$5.447.460,50 referente as contas contábeis de diárias a pagar, contas e fornecedores não parcelados a pagar foi regularizada por meio de ajustes de exercícios anteriores, visto que decorre das anulações de empenhos de exercícios anteriores sem o devido estorno da despesa em época própria.

8 – AUDITORIAS

No ano de 2022, a Auditoria Interna realizou auditoria para avaliar os saldos das contas contábeis de ativo com adiantamentos concedidos de diárias e de controles dos contratos a executar, do período de setembro/2022 da unidade gestora FUNJECC.

A auditoria teve início em novembro com término em dezembro. Após finalização dos trabalhos, constatou-se dois achados, sendo eles: Saldos contábeis perduráveis na conta de ativo com adiantamento de diárias e contratos encerrados e/ou rescindidos com saldos a executar nas contas de controle.

Com relação aos **saldos contábeis perduráveis na conta de ativo com adiantamento de diárias**, a equipe de auditoria identificou que as diárias complementares no valor R\$75.243,60 não constam no relatório utilizado pelo setor contábil para reconhecimento da despesa com diárias.

Constatou-se, ainda, um saldo pendente na ordem de R\$ 378.274,84 referente às diárias concedidas aos magistrados e R\$ 88.882,15 nas concedidas aos servidores. São diárias vencidas, algumas com prazo superior a 1 ano, pendentes de reconhecimento da despesa e simultânea baixa contábil da conta de adiantamento com viagens do ativo.

Por fim, observou que a Secretaria de Gestão de Pessoas e o Conselho Superior da Magistratura realizaram, intempestivamente, a finalização do procedimento de concessão de diárias no sistema, nos termos do art. 9º da Resolução PJMS nº 402/2003, em dissonância ao princípio da competência e motivando a permanência de valores na conta contábil “1.1.3.1.1.01.05 - Viagens - Adiantamentos” por longo período.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Ressaltou-se que os saldos na conta contábil “1.1.3.1.1.01.05 - Viagens - Adiantamentos” devem demonstrar tão somente os valores que encontram-se pendentes de prestação de contas das diárias concedidas pelo PJMS dentro do período legalmente concedido para apresentação do relatório de comprovação da execução do benefício requerido.

Recomendou-se o alinhamento dos prazos necessários para execução das fases do procedimento de concessão de diárias, com base no princípio da competência. Recomendou-se também a melhoria do relatório utilizado pelo setor contábil para reconhecimento da despesa com diárias, de modo que o supracitado relatório contenha todas as informações necessárias para o devido reconhecimento da despesa.

No tocante à avaliação dos saldos das contas de controles dos contratos a executar, foi constatado **contratos encerrados e/ou rescindidos com saldos a executar nas contas de controle**, de modo que o quadro abaixo evidencia os valores.

Quadro 13 – Valores de contratos encerrados com saldos em contas de controles a executar

Conta Contábil	Valores Apurados
8.1.2.3.1.02.01 Contratos de Serviços a Executar	R\$ 29.436.333,23
8.1.2.3.1.03.01 Contratos de Aluguéis a Executar	R\$ 1.824.465,60
8.1.2.3.1.04.01 Contratos de Fornecimento de Bens a Executar	R\$154.714,46

Recomendou-se a conciliação das contas supracitadas, visando regularizar seus respectivos saldos, evidenciando assim, a exatidão do saldo das contas de controles com contratos a executar no quadro de compensação do balanço patrimonial.

Recomendou-se também a implantação ou aperfeiçoamento de controles internos, com a finalidade de acompanhar os saldos das contas de controles da execução contratual.

A unidade de Auditoria Interna do PJMS, no uso de suas atribuições, realiza o acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada, em relação às recomendações constantes no relatório final. Assim, o monitoramento da auditoria de avaliação os



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

saldos das contas contábeis de ativo com adiantamentos concedidos de diárias e de controles dos contratos a executar da UG FUNJECC está previsto para junho de 2023.

9 – ANÁLISE POR INDICADORES

É a técnica utilizada para identificar a relação entre dois elementos integrantes das demonstrações contábeis. Visa obter informações acerca da situação orçamentária, econômica e financeira da entidade, bem como dos resultados, usando quocientes obtidos por divisão simples de itens, normalmente heterogêneos.

Quadro 14 - Análise do Balanço Orçamentário

Indicador	Metodologia	2022		Interpretação	Análise
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Receita Realizada ÷ Previsão Inicial	288.355.718,30	1,431	O indicador permite avaliar a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.	No exercício de 2022 a unidade gestora FUNJECC arrecadou mais do que a previsão inicial da receita, ocasionado assim, um superávit de arrecadação.
		÷		igual a 1 Arrecadação prevista igual à realizada.	
		201.500.000,00		> 1 Arrecadação maior do que a planejada.	
				< 1 Arrecadação menor que a planejada.	
			Conclusão: quanto maior que 1, melhor.		
Quociente de Execução da Despesa	Despesa Empenhada ÷ Dotação Atualizada	316.803.622,58	0,922	Avalia a eficácia do orçamento no tocante ao desempenho da despesa.	No exercício de 2022 unidade gestora FUNJECC obteve uma economia orçamentária, ou seja, execução da despesa abaixo da fixada.
		÷		= 1 Há equilíbrio da execução da despesa.	
		343.575.805,00		> 1 Foi utilizada dotação sem autorização legal.	
				< 1 Há economia orçamentária.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

				Conclusão: quanto menor que 1, melhor.	
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada ÷ Despesa Empenhada	288.355.718,30 ÷ 316.803.622,58	0,910	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário.	A unidade gestora FUNJECC apresentou um resultado orçamentário deficitário de R\$28.447.904,28.
				= 1 Há equilíbrio do resultado orçamentário.	
				> 1 Há superávit orçamentário na execução.	
				< 1 Há déficit orçamentário na execução.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita ÷ Dotação Inicial da Despesa	201.500.000,00 ÷ 201.500.000,00	1,000	Indica se há equilíbrio entre a previsão e a fixação na LOA.	O orçamento da unidade gestora FUNJECC para o exercício de 2022 atende ao princípio do equilíbrio orçamentário, ou seja, a receita estimada e a despesa fixada em igual valor.
				= 1 Há equilíbrio entre previsão inicial da receita e fixação inicial da despesa.	
				> 1 Indica desequilíbrio da previsão das receitas.	
				< 1 Indica desequilíbrio em favor da fixação das despesas.	
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receitas Correntes Realizadas ÷ Despesas Correntes Empenhadas	288.355.718,30 ÷ 268.732.514,37	1,073	Indica se a receita corrente suportou a despesa corrente.	As receitas correntes superaram as despesas correntes, gerando um resultado corrente superavitário.
				= 1 Há equilíbrio da execução orçamentária corrente.	
				> 1 Há superávit orçamentário corrente.	
				< 1 Há déficit orçamentário corrente.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
Quociente de Utilização Superávit Financeiro	Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro ÷ Total do Superávit Financeiro Apurado no Exercício Anterior	59.175.805,00 ÷ 82.761.008,27	0,715	Indica a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do superávit financeiro foi inferior ao superávit do exercício anterior, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
				= 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.	
				> 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro.	
				< 1 Crédito aberto menor que o superávit financeiro.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada ÷ Despesa Paga	288.355.718,30	1,071	Indica o quanto da receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.	No exercício de 2022 as receitas arrecadadas foram superiores as despesas pagas.
		÷		igual 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.	
		252.659.538,09		> 1 A arrecadação superou os pagamentos.	
				< 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos.	

Quadro 15 - Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2022		Interpretação	Análise
Quociente da Execução Extraorçamentária	Recebimentos Extraorçamentários ÷ Pagamentos Extraorçamentários	554.266.956,94 ÷ 529.726.948,52	1,046	Indica sob a forma de quociente o total dos recebimentos extraorçamentários na proporção do total dos pagamentos extraorçamentários.	No exercício de 2022 os ingressos extraorçamentários superaram os dispêndios.
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa p o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	114.608.508,28	0,981	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit do resultado financeiro.	A UG FUNJECC apresentou um resultado financeiro deficitário no valor R\$2.205.386,45.
		÷		igual a 1 Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.	
		116.813.894,73		> 1 Há superávit do resultado financeiro.	
				< 1 Há déficit do resultado financeiro.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	

Quadro 16 - Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	Metodologia	2022		Interpretação	Análise
Situação Financeira			2,141	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.	A UG FUNJECC teve um superávit financeiro no ano



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	114.608.508,28 ÷ 53.535.973,22		igual a 1 Há equilíbrio da situação financeira. > 1 Há superávit financeiro. < 1 Há déficit financeiro. Conclusão: quanto maior, melhor.	analisado que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais no exercício de 2023.
Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa ÷ Passivo Circulante	114.608.508,28 ÷ 6.719.467,56	17,056	Indica a capacidade financeira de a entidade honrar de forma imediata suas dívidas de curto prazo. igual a 1 Há equilíbrio dos ativos de liquidação imediata com o passivo circulante. > 1 Indica sobra de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo. < 1 Indica a falta de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo. Conclusão: quanto maior, melhor.	A UG FUNJECC possui recursos em caixa e equivalentes de caixa para quitar todo o passivo de curto prazo.
Liquidez Corrente	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	117.399.861,12 ÷ 6.719.467,56	17,472	Indica a capacidade de a entidade pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos existentes no Ativo Circulante. igual a 1 Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. > 1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. < 1 Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. Conclusão: quanto maior, melhor.	A UG FUNJECC apresenta saldo suficiente de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo no ano analisado.
Composição do Endividamento	Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	6.719.467,56 ÷ 6.719.467,56	1,00	Indica a proporção das dívidas de curto prazo em relação ao endividamento total. igual a 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. < 1 Indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. Conclusão: quanto menor, melhor.	A UG FUNJECC apresenta a totalidade de sua dívida em curto prazo, ou seja, exigível no próximo exercício.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quadro 17 - Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2022		Interpretação	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das VPA's ÷ Total das VPD's	233.363.646,17 ÷ 287.476.125,62	1,056	Evidencia a relação entre o total das VPA e o total das VPD	Em 2022, a UG FUNJECC apresentou um superávit patrimonial, sendo as VPA's maiores que as VPD's.
				igual a 1 Há equilíbrio da situação patrimonial.	
				> 1 Há superávit patrimonial no exercício.	
				< 1 Há déficit patrimonial no exercício.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
Quociente da Participação do Grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria nas VPA's	Total Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria ÷ Total VPA's	198.388.764,81 ÷ 303.620.301,45	0,653	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria representam 65,30% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos nas VPA's	Total das VPA's da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos ÷ Total das VPA's	56.109.023,93 ÷ 303.620.301,45	0,185	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos representam 18,50% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Financeira nas VPA's	Total VPA's Financeiras ÷ Total VPA's	25.457.372,09 ÷ 303.620.301,45	0,084	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's Financeiras representam 8,40% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quociente da Participação do Grupo Outras nas VPA's	Total Outras VPA's ÷ Total VPA's	21.863.607,14 ÷ 303.620.301,45	0,072	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que Outras VPA's representam 7,20% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Pessoal e Encargos nas VPD's	Pessoal e Encargos ÷ Total VPD's	7.061.250,11 ÷ 287.476.125,62	0,025	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Pessoal e Encargos representam 2,50% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo nas VPD's	Total de Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo ÷ Total VPD's	108.944.798,66 ÷ 287.476.125,62	0,379	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo representam 37,90% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
Quociente da Participação das Transferências e Delegações Concedidas nas VPD's	Total Transferências e Delegações Concedidas ÷ Total VPD's	25.205.261,26 ÷ 287.476.125,62	0,088	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Transferências e Delegações Concedidas representam 8,8% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
Quociente da Participação	Outras Variações Diminutivas		0,483	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Outras Variações Diminutivas



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

das Outras Variações Diminutivas nas VPD's	÷ Total VPD's	138.767.023,86 ÷ 287.476.125,62		igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	representam 48,30% do total das VPD's.
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	

Quadro 18 - Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2022		Interpretação	Análise
Quociente dos Fluxos de Caixa Operacional	Ingressos de Caixa de Operações ÷ Dispêndios de Caixa de Operações	796.680.011,28 ÷ 776.226.918,61	1,026	Indica a geração líquida de caixa oriunda das atividades operacionais.	Os ingressos operacionais superaram os desembolsos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prestação de contas atendeu aos parâmetros da Resolução TCEMS nº 88/2018, tendo os demonstrativos contábeis sido elaborados de acordo com os modelos e orientações definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, representando adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição Orçamentária, Financeira e Patrimonial, do Fundo, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade.

As Demonstrações Contábeis foram complementadas por Notas Explicativas, com objetivo de evidenciar e explicar o que as demonstrações contábeis sozinhas não demonstram, contribuindo para a compreensibilidade, a transparência e o controle social da gestão pública.

Em razão das análises efetuadas concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida prestação de contas.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer.

Campo Grande, 14 de março de 2023.

Heloise Rezende da Silva

Técnica de Nível Superior – Contábil

(assina digitalmente)

Kele Cristina Leite de Melo

Diretora da Auditoria Interna – TJ/MS

(assina digitalmente)